



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

“DOS ÍNDIOS DO BRASIL EM GERAL”: povos indígenas na “História Geral do  
Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen.

MARIA AUGUSTA FREITAS BARBOSA PAIVA DE LIRA

RECIFE  
2023

MARIA AUGUSTA FREITAS BARBOSA PAIVA DE LIRA

“DOS ÍNDIOS DO BRASIL EM GERAL”: povos indígenas na “História geral do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura Plena em História do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em História.

Profa. Orientadora: Mariana Albuquerque Dantas

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

L768

Lira, Maria Augusta Freitas Barbosa Paiva de  
“DOS ÍNDIOS DO BRASIL EM GERAL”: : povos indígenas na “História Geral do Brasil” de Francisco Adolfo de  
Varnhagen. / Maria Augusta Freitas Barbosa Paiva de Lira. - 2023.  
23 f.

Orientadora: Mariana Albuquerque Dantas.  
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,  
Recife, 2023.

1. Povos Indígenas. 2. Varnhagen. 3. Historiografia. I. Dantas, Mariana Albuquerque, orient. II. Título

CDD 909

---

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Daniela Maria Lira e Sérgio Rodrigo Lira, que sempre estiveram presentes durante toda minha formação, me incentivando nos momentos difíceis e vibrando junto comigo nas conquistas. Obrigada pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha irmã, Maria Eduarda Lira, que doou seu tempo e ouvidos ao longo da construção desse trabalho, me ajudando e sanando minhas dúvidas e preocupações.

Ao meu irmão, Arthur Lira, que com seu carisma me arrancou risadas e possibilitou que a escrita ocorresse de forma mais leve.

Ao meu amigo, amor e companheiro, Ricardo Azevedo, por seu carinho, cuidado e acolhimento. Obrigada por todo o apoio de sempre. Teu jeito, determinação e forma de ver a vida me inspiram.

Aos meus amigos e companheiros de formação, Miguel Angelo, Ariadyne Souza, Andrelly Santiago, Gabriel Rodrigues e Gabriel Vinícius. Obrigada por estarem ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de toda a graduação.

Gratidão a minha eterna professora/orientadora, Mariana Albuquerque Dantas, que admiro e tenho um carinho imenso. Obrigada pelas correções e grandes ensinamentos que me permitiram evoluir não só no processo de formação profissional ao longo de toda a graduação, como também na vida.

E por fim, gratidão a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação e que ficarão marcados na minha memória.

## **Resumo**

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o papel conferido aos povos indígenas na obra História Geral do Brasil, escrita pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O foco da análise foi direcionado para o capítulo “Dos índios do Brasil em geral”, pois ali se encontram as principais ideias do autor sobre os indígenas, que serão retomadas ao longo da obra. Busca-se compreender como o seu discurso contribuiu para a criação das representações evocadas que marcam a elaboração do senso comum sobre a imagem dos povos indígenas na historiografia do século XIX e em como essa narrativa vai perdendo lugar desde a década de 1990 com o avanço das pesquisas referentes à temática do protagonismo indígena na construção do Brasil.

**Palavras-Chave:** Povos Indígenas; Varnhagen; Historiografia.

## **Introdução**

Por muito tempo a historiografia brasileira acomodou-se à posição de interpretar o Brasil independentemente dos povos indígenas. Desde a obra intitulada “História Geral do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen (1ª edição: 1854-1857; 2ª edição: 1877), os povos indígenas são percebidos desempenhando papéis secundários na História do Brasil, agindo sempre sob os interesses dos colonizadores. Essa tentativa de silenciamento dada às atuações dos indígenas e de suas identidades étnicas construiu-se devido às narrativas eurocêntricas que são marcadas por uma intensa exaltação dos colonizadores, enquanto coloca os indígenas em um local inferior e não civilizado.

A independência do Brasil e a formação do Estado imperial impuseram o projeto político de construção de uma nação forte e homogênea. Para isso, era necessário instituir uma unidade territorial, política e ideológica, que reunisse toda a população em torno de um ideal histórico e cultural. Essa unidade almejada era baseada nos valores europeus de progresso e superioridade do homem branco, descartando a pluralidade étnica presente no território brasileiro: “os indígenas seriam, assim, figurados apenas como eventuais testemunhas da formação da nação, não como seus protagonistas” (OLIVEIRA, 2016, p. 96).

No século XIX, a questão sobre a humanidade dos indígenas foi contestada. Segundo Cunha (2012, p. 58), a humanidade desses povos era afirmada oficialmente, porém o que era expresso privadamente era uma ideia de bestialidade, da fereza e de animalidade dos nativos. A partir disso, também havia um grande debate se deviam exterminar os indígenas considerados bravos ou se cumpriria civilizá-los e incluí-los na sociedade política.

É nesse cenário que houve uma tentativa, antiga e colonial, de homogeneizar as populações extremamente diversas do ponto de vista étnico e cultural, unificando-as em torno de uma identidade. Para os indígenas, o desafio seria continuar existindo, enquanto políticos e intelectuais lançavam ações para assimilação desses povos. Nesse sentido, os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se empenharam em explicitar uma linha evolutiva da história, utilizando conhecimentos principalmente etnográficos na tentativa de demonstrar a inferioridade das populações indígenas, sendo geralmente relatados por aspectos negativos, associando-os à barbárie e à selvageria.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é problematizar como a historiografia do século XIX tenta invisibilizar esses povos, colocando-os em uma posição de barbárie, inferioridade e de submissão aos interesses alheios. Para isso, essa pesquisa tem como ponto principal um estudo do capítulo “Dos índios do Brasil em Geral” da obra “História Geral do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen,<sup>1</sup> buscando entender como fortaleceu-se e divulgou-se uma identidade genérica sobre os indígenas no Brasil. Partindo de uma revisão das leituras tradicionais sobre o tema e de pesquisas recentes que levantam o amplo leque de possibilidades para se estudar o protagonismo indígena, busca-se colaborar com as novas interpretações sobre as trajetórias desses grupos.

Nesse sentido, essa pesquisa propõe fazer uma análise historiográfica sobre o papel conferido aos povos indígenas por Francisco Adolfo de Varnhagen no segundo capítulo da obra “História Geral do Brasil”, na busca de identificar e articular conceitos e argumentos relacionados ao papel do indígena e compreender como seu discurso contribuiu para a criação das representações evocadas desses povos. O capítulo escolhido é intitulado “Dos Índios do Brasil em Geral” e apesar de Varnhagen também

---

<sup>1</sup> Será analisado o texto apresentado na 2ª edição da obra, revista e ampliada pelo autor, e publicada em 1877.

retratar os povos indígenas em outros capítulos, é nesse que ele mais se aprofunda e apresenta sua visão sobre os nativos.

Sendo assim, a pesquisa seguirá por duas linhas: (I) Analisar como se deu o processo de apagamento da presença dos povos nativos na história do Brasil elaborada por Varnhagen no século XIX e (II) compreender como essa tentativa de apagamento contribuiu para a criação de uma identidade genérica sobre os indígenas no Brasil e contrapor os avanços dos estudos, a partir da década de 1990, referentes à temática do protagonismo indígena na construção do Brasil.

### **1. O Papel conferido aos indígenas a partir da perspectiva de Varnhagen.**

Foi com o objetivo de se alcançar uma unidade nacional do Império, com a configuração de um passado brasileiro organizado, que surge também a necessidade de se pensar a história de uma forma sistematizada. É nesse cenário que o IHGB foi criado em 1838, enfatizando “a importância da história, e, conseqüentemente, da fundação de uma sociedade que trate de temas tão caros ao império como a formação de seu passado e sua geografia” (MOLLO, 2005, p. 1). Nesse sentido, o lugar da produção historiográfica no Brasil permanecerá, por quase todo o século XIX, diretamente relacionada ao IHGB e “vincado a uma marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista” (GUIMARÃES, 1988, p. 5).

Segundo Kodama, o IHGB foi fundado como a instituição criadora e polarizadora do discurso historiográfico no Império do Brasil oitocentista:

Criadora porque a instituição nasceu assumindo a missão de ligar o passado colonial ao futuro da nação imperial, ao ‘coligir e metodizar’ os documentos do vasto Império do Brasil, como diziam os estatutos de 1839. Polarizadora porque seria o Instituto, por meio de procedimentos específicos, como a legitimação de seus pares – escolhendo seus 260 membros como sócios-correspondentes, outorgando medalhas ou lançando pareceres –, e como a eleição e a seleção de temas de estudo, a instância referida como o lugar do saber acadêmico no país. (KODAMA, 2010, p. 259)

Guimarães (1988, p.11) aponta que na tentativa de tratar a história como um processo linear, acompanhando uma perspectiva iluminista, os historiadores do IHGB se empenharam em explicitar a linha evolutiva, utilizando conhecimentos

arqueológicos, linguísticos e etnográficos para demonstrar a inferioridade das populações indígenas em relação à civilização branca através de uma argumentação científica.

Portanto, “a fisionomia esboçada e almejada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras” (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Sendo assim, no processo de formação da Nação brasileira, indígenas e negros vão sendo excluídos da historiografia e do projeto de civilização no novo mundo, enquanto os portugueses vão sendo exaltados. Afinal, o conceito de nação estava restrito ao branco, trazendo uma grande marca excludente aos povos indígenas e negros:

os índios, tal como os escravos negros, não eram aceitos como integrantes da vida política, mas por razões distintas (os primeiros, por terem supostamente desaparecido, e os segundos, por sofrerem dependência jurídica e atrelamento econômico). (OLIVEIRA, 2016, p.106)

É no centro desta instituição que se criam os espaços discursivos etnográficos e os principais intelectuais que se dedicaram a esse trabalho foram o alemão Von Martius e o Francisco Adolfo de Varnhagen. Von Martius propôs um plano de como se devia melhor escrever a história do Brasil, no qual defendia que o historiador deveria dar ênfase à busca de uma unidade para a nação, ideal esse por excelência homogeneizador. Segundo Guimarães (1988), Von Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade:

[...] que estaria assegurada se o historiador fosse capaz de mostrar a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: realizar a idéia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial. (GUIMARÃES, 1988, p. 17).

Em seu projeto de leitura da história brasileira, Von Martius curiosamente vai apontando caminhos e destacando aspectos que posteriormente vão influenciar Varnhagen, se encarregando de fazer relatos em busca da unidade para construir uma identidade para a nação brasileira. Nesse caso, essa ideia de escrever a história do Brasil a partir dos feitos portugueses não parte exclusiva e unicamente de Varnhagen, mas também da influência do pensador Von Martius, o vencedor do prêmio concedido pelo IHGB. As ideias de Varnhagen e Martius divergiam profundamente das de Bonifácio



que, por exemplo, acreditava na perfectibilidade do indígena. Para Varnhagen, os nativos só eram capazes de perfectibilidade apenas quando impulsionados pelo uso da força.

Temístocles Cézár aponta que as fontes utilizadas por Varnhagen são de portuguesas, principalmente do interlocutor Gabriel Soares de Sousa. Mostra que mesmo quando Varnhagen “flagra uma análise parcial ou incompleta de Gabriel Soares de Sousa não o critica por isto, ao contrário, ele busca no viajante um sentido” (CÉZAR, 2004, p. 42).

Ainda segundo Temístocles Cézár (2007), Varnhagen era monarquista, patriota, católico, egocêntrico, carreirista, ambicioso e anti-romântico. Guimarães (1988, p 21) também identifica o autor como anti-romântico devido a sua postura crítica em relação aos indígenas, afirmando que “Varnhagen viria a se posicionar radicalmente contra o projeto do romantismo literário de transformar o indígena em representante da nacionalidade brasileira”, enquanto se utilizava dos termos "civilização" e “estado social" para caracterizar o mundo dos brancos, e "natureza" e “barbárie" para caracterizar o mundo dos indígenas. Sobre o tempo proeminente de Varnhagen, Guimarães aponta:

Monarquista declarado, nos raros momentos em que o historiador remetia ao futuro, este falava inarredavelmente em um projeto imperial, ou seja, em um “futuro presente”, ou um “futuro passado”, a depender da perspectiva. Cuidadoso, não perdia a oportunidade de esclarecer junto ao mesmo Imperador quaisquer dúvidas quanto à fidelidade política que guardava [...] (GUIMARÃES, 1988, p. 90)

De acordo com Pedro Puntoni (2011, p. 641), Varnhagen defendeu, em sua juventude, o estudo e ensino da cultura e línguas indígenas no Brasil como maneira de expressão da nacionalidade. Tal cenário iria mudar devido a uma experiência pessoal. No seu primeiro retorno ao Brasil, o jovem deslocou-se a São Paulo para uma viagem às fazendas do interior, na região de Sorocaba. Durante a viagem, ouviu diversos relatos sobre a suposta crueldade e ataque dos indígenas nas estradas. No dia seguinte, quase sofreu um ataque em uma das estradas e desde então assumiu seu anti-indianismo. Segundo Puntoni:

Sua apostasia do credo indianista tinha uma dimensão de mágoa pessoal, uma certa decepção com a realidade tão imaginada e,

portanto, fantasiada de uma nação que escolhera, por vocação, como sua [...] (PUNTONI, 2011, p. 642).

A “História geral do Brasil” foi publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857, com reedição revista, aos cuidados do autor, em 1877. Em sua primeira edição de 1854, os índios eram tratados na seção VIII: “Dos índios do Brasil em geral” e, segundo Turin (2010, p.136), no prefácio da primeira edição de sua História geral, de 1854, Varnhagen “já havia se colocado em aberta oposição à atitude hegemônica no IHGB de promover a inclusão dos indígenas”. Segundo Kodama, a exposição acabou sendo contestada e resultou na alteração da ordem dos capítulos da segunda edição de 1877:

Esta exposição, como se sabe, foi contestada por Marie-Armand d’Avezac-Macaya, eminente autoridade da Sociedade de Geografia de Paris. Esta polêmica acabaria por alterar da História Geral do Brasil a ordem dos capítulos, na segunda edição de 1877. A questão a que d’Avezac chamava a atenção em sua crítica a Varnhagen incidiria não somente sobre um problema de ordenação, mas sobre “como se deveria escrever a história do Brasil”, lembrando a dissertação de von Martius. (KODAMA, 2005, p. 166)

Puntoni (2011, p. 669) aponta que Varnhagen foi bastante criticado pela elite liberal, resultando anos mais tarde pela retirada do discurso preliminar da segunda edição de sua História Geral, publicada no Rio de Janeiro em 1877, um ano antes de sua morte, pela casa Laemmert. Após isso, seus esforços nos últimos anos vão se orientar na crítica ao indianismo, em especial à ideia de que os povos indígenas eram os ancestrais da identidade nacional.

Para Reis (2007, p. 32) a História do Brasil escrita por Varnhagen era baseada na firme crença do papel positivo da colonização portuguesa na constituição daquela história, ou seja, supervaloriza o desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas que ocultam os conflitos sociais e as diferenças frente à vastidão territorial:

Uma história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à guerra civil e à fragmentação; isto é, abortaria o Brasil que lutava para se constituir como poderosa nação. (REIS, 2007, p. 28).

Nesse cenário de interesse pelos estudos etnográficos, o século XIX é marcado por intensas práticas e ideias liberais que vão mudar as relações sociais e afetar diretamente os povos indígenas e as políticas indigenistas. Nessa perspectiva, Varnhagen, ao afirmar-se como historiador, atribui a si “a tarefa de distinguir as lendas da verdade dos fatos históricos” (KODAMA, 2005 p. 86). A partir disso, ele vê a necessidade de uma diferenciação entre o campo da etnografia e o da história; a primeira relativa às “lendas” e aos “mitos”, e a outra do rigor histórico. Sendo assim, Kodama (2005, p.86) demonstra que o lugar do indígena na História do Brasil ia se configurando, e nesse esforço de distinção e ao mesmo tempo de hierarquização, Varnhagen não deixava de se posicionar e construir sua própria identidade como historiador.

Nesse sentido, já que a historiografia da época almejava a consolidação de um território homogêneo, com tendência à unidade, no qual as tensões sociais seriam acobertadas, o papel conferido aos indígenas, quando relatados, era carregado de aspectos negativos, associando-o à barbárie, à selvageria, ao caos e a tudo de inferior para a formação de uma unidade nacional. Varnhagen afirmou que:

No Reino animal, há raças perdidas; parece que a raça índia, por um efeito de sua organização física, não podendo progredir no meio da civilização, está condenada a esse fatal desfecho. Há animais que só podem viver e produzir no meio das trevas; e se os levam para a presença da luz, ou morrem ou desaparecem. Da mesma sorte, entre as diversas raças humanas, o índio parece ter uma organização incompatível com a civilização (Varnhagen 1867: 55-6 apud CUNHA, 2012, p. 60).

Sua posição sobre os indígenas acaba por conectá-los a aspectos negativos relacionados à barbárie e a um pretenso instinto animalesco. Ele via os indígenas como:

[...] gentes vagabundas, que guerreando sempre povoavam o terreno que hoje é o Brasil, eram segundo parece verdadeiras emanções de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum, e falavam todas dialetos da mesma língua, que os primeiros colonos do Brasil chamaram geral, e era a mais espalhada das principais da América Meridional (VARNHAGEN, 1877, p. 15).

Portanto, Varnhagen entende que teria havido uma origem que garantiria uma unidade de raça e de língua, mas apresentariam “laços sociais tão frouxos, que tendiam a fraccionar-se cada vez mais e a guerrear-se, ficando inimigos acérrimos os que antes

combatiam juntos” (VARNHAGEN, 1877, p. 14). Essa fragmentação entre os indígenas teria facilitado a conquista pelos colonos europeus.

Varnhagen ainda os apresenta como “idólatras” e “nômades” e considera que:

[...] a povoação só toma o devido desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante ou nômade, para se entregarem à cultura ou aproveitamento da terra com habitações fixas. [...] As guerras de extermínio, que mantinham entre si, eram causa de que as tribos ou cabildas se debilitassem cada vez mais em número, em vez de crescerem. (VARNHAGEN, 1877, p. 14).

O nomadismo é visto como decadente e prejudicial, contribuindo, na escrita de Varnhagen, para o “prejulgamento da classificação das etnias indígenas como entidades fixas e atemporais” (MONTEIRO, 2001, p. 34). Além do que, justifica as guerras ofensivas em prol da civilização quando aponta que eram os próprios indígenas que iniciavam as guerras de extermínio entre si e que neles:

[...] não existe o sublime desvelo, que chamamos de patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra, ou bairrismo (que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu), como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria, com a só ideia de que a posteridade será grata à nossa memória, e a ela adjudicará neste mundo a imortalidade [...] (VARNHAGEN, 1877, p. 14)

A suposta falta de unidade e do sentimento de amor à pátria era para Varnhagen uma decadência, pois, segundo ele, por serem nômades, não teriam pátria, e estariam distantes de uma possível unidade e civilização, vivendo na barbárie, no caos e na selvageria. Sendo assim, não seria possível que os indígenas, naquele momento, se integrassem à nação brasileira, pois ao procurar mostrar o estado em que os indígenas se encontravam, ele aponta que não se pode falar de civilização, mas sim “de barbárie e de atraso”. (VARNHAGEN, 1877, p. 22).

Para Varnhagen, os diversos povos indígenas americanos não possuíam o espírito de nacionalidade, vivendo em espécie de “anarquia selvagem” e tenderiam a deixar o território sem população, se não fosse a “Divina Providência” trazer o cristianismo. Sendo assim, o indígena só poderia ser incorporado, subalternamente, na sociedade brasileira após passar pela evangelização forçada, pelo aprendizado da língua

portuguesa e das regras e dos costumes considerados civilizados, só sendo possível devido a uma intensa ação provinda do cristianismo:

[...] Assim tais rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarquia selvagem, ou viriam a deixa-lo sem população, se a Providencia Divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e degradante estado! (VARNHAGEN, 1877, p. 22).

Puntoni aponta que Varnhagen vai espelhar a própria história da colonização e destruição dos povos indígenas quando diz que os tupis que tinham sido os verdadeiros conquistadores:

Espelhando a própria história da colonização e destruição dos povos indígenas, Varnhagen tinha os tupis pelos verdadeiros conquistadores. Assim, a colonização aparecia como uma empresa de salvação e libertação: ‘a invasão dos tupis se realizou por meio das maiores crueldades, sacrificando, e mesmo comendo, por cúmulo de vingança, seus prisioneiros de guerra [... mas] o dia da expiação não deixaria de chegar, e chegou. Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral foram os seus mensageiros’ (PUNTONI, 2011, p. 671).

Rodrigo Turin (2010, p. 136) aponta que para Varnhagen, o papel que o indígena poderia ocupar no modelo de civilização que então se implementava era bastante restrito, ou quase nenhum. Essa civilização estaria relacionada diretamente com o processo de catequização, no qual civilizar seria submeter os indígenas às leis e obrigar ao trabalho. Portanto, não podiam, segundo ele, civilizar-se sem a presença da força, pois a vingança seria o único sentimento conhecido dos indígenas, não estando aptos a conceber valores mais nobres:

E começada uma vez a rixa, era transmitida de filhos a netos; pois que nessas almas, em que tanto predominavam os instintos de vingança, nenhuns sentimentos de abnegação se podiam abrigar em favor do interesse comum e da posteridade. (VARNHAGEN, 1877, p. 14)

Até mesmo em seu discurso preliminar Varnhagen defendeu o argumento de que os indígenas não deveriam ser considerados “cidadãos” do Império, tampouco “brasileiros”; e, preconizando o uso da violência, sugeria que a única forma aceitável de inclusão social era por meio do mundo do trabalho, subordinando-os ao arbítrio de um amo ou patrão (VARNHAGEN, 1857, apud MOREIRA, 2021, p.12). Portanto, Varnhagen acreditava na inferioridade dos indígenas, porém afirmava também a

bestialidade desses povos que só poderiam ser incorporados e submetidos através da guerra e do extermínio.

## **2. Reverberações dos pensamentos de Varnhagen como criação de uma identidade indígena genérica e avanço nos estudos que tratam do protagonismo indígena.**

Deve-se ter em mente que assim como todo historiador e pessoa, Varnhagen era filho de seu tempo, e partilhava do pensamento generalizado em sua época. Como salienta Reis, em resposta a outros autores que desconsideravam quase por completo a obra de Varnhagen, por se tratar de uma visão histórica portuguesa elitista, “é preciso situar as obras e seus autores em suas condições históricas objetivas e subjetivas para que se possa realizar uma análise justa e produtiva” (REIS, 2007, p. 33).

Apesar disso, não se pode negar que a desvalorização e depreciação acerca dos diversos povos indígenas existentes no Brasil no século XIX é resultado da influência e divulgação dos muitos escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen. Por muito tempo, pareceu prevalecer a sentença pronunciada por ele de que para os indígenas, "não há história, há apenas etnografia" (VARNHAGEN, 1877, p. 22).

A partir do século XIX, a visão que passou a predominar resultava em uma percepção sobre a extinção dos povos indígenas. Dantas (2022, p. 329) problematiza o fato de que a presença dos povos indígenas na história do Brasil continua sendo abordada de maneira secundária, sendo “esquecidos pelos historiadores”, mesmo diante do surgimento da nova reorientação teórica na produção historiográfica na década de 1970 voltada para a história social. Sobre isso, Vânia Moreira (2010) aponta que:

Apesar dos muitos avanços no sentido de incluir os índios na História, eles ainda continuam sub-representados na história nacional, reproduzindo-se um fenômeno iniciado no Império. Isso fica particularmente evidente, aliás, nos estudos sobre o Brasil Oitocentista, pois, em publicações recentes e que reúnem diversos autores, é notável a ausência dos índios na abordagem sobre a formação da nacionalidade, a cidadania e a política durante o período imperial. (MOREIRA, 2010, p. 55).

Imagens preconceituosas e estereotipadas sobre povos indígenas e seus descendentes construídas desde a colônia iriam ser reforçadas através da história, da

literatura e das artes, bem como dos discursos de políticos e intelectuais. Isso ocorre devido às inúmeras representações evocadas que marcam fortemente a elaboração do senso comum sobre a imagem dos povos indígenas.

Ao abordar sobre as representações acerca dos indígenas no século XIX, no período da Independência, Pacheco de Oliveira (2016) retrata o esquecimento da presença indígena na construção da nacionalidade expressada pelo viés da esfera política (via princípios de política indigenista e de um projeto civilizatório para o País) e também pelo viés de manifestações de natureza artística (como o indianismo literário e a pintura acadêmica). Nesse sentido, as imagens e narrativas produzidas sobre os indígenas:

[...] não são uniformes, nem remetem a uma representação única. Nunca fabricadas por eles, mas por um seu duplo – um outro (sempre mutável e distinto) –, elas propiciam discursos bastante diferenciados e até antagônicos entre si, bem como servem a finalidades que podem colidir mutuamente. (OLIVEIRA, 2016, p.105)

Além disso, Pacheco de Oliveira aborda sobre a crença comum e arraigada de que o índio é objeto de uma história que antecedeu o Brasil e que é por isso que “as narrativas e imagens de indígenas que não se enquadraram diretamente no estereótipo colonial do “índio bravo” foram condenadas a um regime de invisibilidade, e tiveram sua existência questionada, ou sua legitimidade rechaçada” (OLIVEIRA, 2016, p. 110).

Varnhagen (1877), por exemplo, em sua obra defendia a visão de que os nativos eram selvagens, não eram cidadãos, não eram brasileiros, que eram diminutos em termos demográficos e nômades, e que deveriam ser civilizados de forma dura e rigorosa. Caio Prado Jr (1999) contribui, de acordo com Dantas (2022), para o esquecimento da atuação histórica das populações indígenas e também contribui para o conceito-repositório de “índio genérico” abordado por João Pacheco de Oliveira (2016) de que:

O “índio genérico”, noção frequentemente usada pelos antropólogos em seus textos para distinguir as experiências concretas e singulares que resgatam através de suas etnografias, não deve ser tomado de maneira alguma como algo monolítico, mas sim como um repositório de inúmeras imagens e significados, engendrados por diferentes formações discursivas, e acionados em contextos históricos variados.” (OLIVEIRA, 2016, p. 77).

Portanto, Caio Prado Jr, assim como Varnhagen, também contribui para o esquecimento das populações indígenas em estudos e narrativas historiográficas quando deposita mais significados ao conceito de “índio genérico” (DANTAS, 2022, p. 336). Ele se apoia em uma historiografia que percebia a condição indígena como extremamente transitória, consolidando a visão sobre o desaparecimento gradual dos indígenas e demarcando alguns paradigmas e estereótipos que vão perdurar, sendo influenciado por muito dos escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen.

A partir disso, Dantas também aponta que é possível associar essa incapacidade atribuída aos indígenas com “a produção do nefasto esquecimento historiográfico sobre os diversos caminhos encontrados pelos próprios povos indígenas para a sua participação efetiva na formação do Brasil” (DANTAS, 2022, p. 336).

As interpretações das relações de contato, por exemplo, eram pensadas através de dualismos simplistas como: índio aculturado e índio puro. Esse tipo de dualismo é responsável pelas abordagens redutivistas que conduziram, por muito tempo, a visões equivocadas sobre os indígenas. Algumas vezes ainda são imortalizadas pela literatura romântica produzida no século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais. Além disso, também eram vistos pela ótica do bom selvagem como os enxergava Gonçalves de Magalhães que “pode ser considerado o tipo ideal do intelectual ‘romântico’, ‘filotapuia’ e um tanto alucinado”(MOREIRA, 2010. p. 62).

Outro ponto que é incansavelmente propagado é de que os indígenas não se apegavam ao território e que não tinham noção de propriedade, quando, na realidade, eles conservam a memória e o apego aos seus territórios tradicionais até os dias atuais. Portanto, tais teses sustentadas e reforçadas pelas sucessivas correntes do pensamento social brasileiro insistem em permanecer na memória coletiva do povo brasileiro e encontram na História, segundo Monteiro (1995, p. 222) “uma sólida base de apoio”.

Essa pouca importância e atenção dadas às atuações dos nativos e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se com a supervalorização dos colonizadores em narrativas eurocêntricas que colocam os indígenas em um local de que pareciam ser facilmente vencidos e catequizados. Isso ocorre segundo Vânia Moreira por conta da:

[...] existência de sérios vícios teóricos e metodológicos presentes na maneira corrente de escrever-se a história do processo de ocupação e colonização territorial. Se isso está correto, como creio que está, o que



dizer, então, das inúmeras situações em que a presença indígena foi totalmente ignorada a ponto de fazer-nos crer que eles nunca existiram nas terras depois ocupadas e repovoadas? (MOREIRA, 2021, p. 3)

Maria Regina Celestino de Almeida aponta que “era uma história de elites para elites e se nela não havia lugar para os homens comuns, muito menos haveria para os indígenas vivos para os quais se propunha a assimilação” (ALMEIDA, 2010, p. 138). Nesse cenário, o lugar reservado aos indígenas nessa historiografia era somente o passado ou o “desaparecimento”.

Apesar de estarem em uma posição desigual de poder e das inúmeras tentativas de apagamento desses povos, eles continuavam atuando e reivindicando seus direitos:

Vivos e atuantes nos sertões, vilas, aldeias e cidades do Brasil oitocentista, povos e indivíduos indígenas agiam e reagiam diferentemente às múltiplas formas de aplicação da política para eles traçada. Lutavam e continuavam reivindicando direitos na justiça na condição de índios, enquanto discursos políticos e intelectuais previam e, em muitos casos, já os consideravam desaparecidos, como resultado dos processos de civilização e mestiçagem. (ALMEIDA, 2012, p. 22)

Sendo assim, o que ocorreu, segundo João Pacheco de Oliveira (2011, apud ALMEIDA, 2012. p.23), foi que esses povos “foram invisibilizados em conjunturas políticas e ideológicas desfavoráveis”. A ideia de que eles desapareceriam como previsto por teorias assimilacionistas, começou a ser revertida, de modo que hoje “paira uma certa nuvem de otimismo no horizonte do futuro dos índios” (MONTEIRO,1995, p. 223) a partir do surgimento de uma nova bibliografia que:

[...] tem contribuído não apenas para ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes mesmos povos sobre seu próprio passado, incluindo visões alternativas do contato e da conquista. (MONTEIRO,1995, p. 223)

Portanto, nota-se que nesses novos estudos históricos a respeito dos povos indígenas, eles aparecem como sujeitos ativos nos processos históricos vivenciados por eles, trocando o foco da análise dos colonizadores para os indígenas, procurando identificar suas várias formas de atuação e seus próprios objetivos nesses processos. Ao

invés de desaparecerem, os estudos mostram que esses povos crescem e se multiplicam, ressignificando suas culturas e identidades. Nesse sentido, Almeida aponta:

No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação. (ALMEIDA, 2012, p. 22).

Esses estudos e abordagens atuais que lançam uma perspectiva crítica sobre estereótipos e preconceitos relacionados às populações indígenas procedem, de acordo com Almeida (2010, p. 25), não só das novas perspectivas teórico-metodológicas da História e da Antropologia, mas também, dos movimentos sociais e políticos protagonizados pelos próprios povos indígenas que reivindicam e reconquistam direitos históricos. Dentre as principais proposições teóricas e conceituais propiciadas por esses novos estudos que abordam o indígena como sujeito histórico, Mariana Dantas observa que:

As obras recentes fundamentadas em ampla pesquisa documental contribuem também para rebater a ideia de que sobre os indígenas existem poucas fontes, de que eles apareceriam raramente, em documentos esparsos em diferentes arquivos e acervos, o que dificultaria o tratamento e a análise dos dados. (DANTAS, 2021, p.3).

Essa nova literatura tem contribuído não apenas para aumentar a visibilidade dos povos indígenas em uma história que sempre os negligenciou, mas também revela as perspectivas desses povos sobre seu próprio passado, incluindo visões alternativas nas quais os indígenas aparecem como sujeitos ativos, agindo por interesses próprios mesmo em meio à constante violência do processo de colonização.

Percebe-se que os movimentos indígenas da atualidade juntamente com os novos pressupostos teóricos conduzem para o abandono dessas antigas concepções genéricas que contribuíram, por muito tempo, para a propagação de ideias e estereótipos sobre esses povos que acabaram resultando na exclusão deles da História do Brasil. Com isso, surge um novo olhar sobre essas populações, afinal os grupos indígenas no Brasil eram muitos e com culturas e vivências diferentes, que vão fazer com que eles se comportem de maneiras diferentes em relação aos europeus.

Portanto, esses povos não agiam e reagiam por tolice ou submissão, mas sim por interesses próprios e costumes de sua própria comunidade. Para alguns, o que estava em jogo era a segurança de suas aldeias e a luta por condições dignas de trabalho. Para outros, era importante combater agrupamentos fiéis a Portugal enquanto outros se envolviam em revoltas por motivos muito variados.

### **Considerações Finais**

A partir do que foi observado e analisado, conclui-se que houve, por muito tempo, um apagamento da presença dos povos originários na História do Brasil. Tal apagamento é fruto de uma política que tenta invisibilizar a atuação e protagonismo desses povos como sujeitos históricos dos processos por eles vivenciados, invariavelmente anunciando uma perspectiva pejorativa sobre eles e impossibilitando a percepção da grande variabilidade étnica existente no Brasil.

A obra “História Geral do Brasil” de Varnhagen contribuiu para construção e cristalização de imagens genéricas dos povos indígenas. Nota-se que Varnhagen representa o pensamento brasileiro dominante durante o século XIX, porém mesmo considerando a obra desse autor em seu tempo, não se pode negar o fato de que seu pensamento contribuiu para expressar o preconceito e as ideias deturpadas sobre a diversidade dos indígenas. Ideias estas que ainda persistem no meio social atualmente, atingindo a grande maioria das pessoas. É por meio de afirmações e ideias sobre o papel e humanidade dos indígenas que o autor contribuiu para a criação de uma narrativa carregada de estereótipos e depreciações desses povos, que são utilizados constantemente para justificar as violências físicas e simbólicas por eles sofridas.

A obra de Varnhagen foi por muito tempo amplamente utilizada como referência de história do Brasil, além de ter sido adaptada para utilização também de material escolar por Joaquim Manoel de Macedo a partir de seu livro “Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária”. Seu livro foi utilizado amplamente por toda primeira metade do século XX e ainda hoje algumas ideias permanecem na memória coletiva.

O impacto da propagação desses discursos pode ser percebido também na concepção que ainda insiste em permanecer na memória coletiva de que existe uma

incapacidade dos povos nativos de atuar movidos por suas interpretações e vontades próprias. Apesar disso, os estudos históricos a respeito dos povos indígenas têm se multiplicado nas últimas décadas e essas comunidades têm aparecido como ativas nos processos históricos vivenciados por elas devido ao ressurgimento de reivindicações étnicas e mobilizações indígenas em muitas regiões.

É necessário que se desloque o foco da análise dos colonizadores para os indígenas na tentativa de procurar identificar suas formas de atuação, de compreensão e também seus próprios objetivos nas várias situações de contatos por eles vividas para perceber que a atuação deles não se reduzia apenas à resistência armada, à fuga ou à submissão passiva e nem que eles eram selvagens, sem alma e bárbaros como a historiografia do século XIX insistiu em retratar.

Essa nova bibliografia contribui para afirmar a capacidade de rearticulação cultural e identitária desses povos mesmo submetidos às mais violentas situações, mostrando que eles crescem e se fortalecem politicamente a cada dia, reivindicando seus direitos e contando sua própria história. Que este texto seja uma modesta contribuição com as novas interpretações a respeito da História do Brasil, demonstrando a atuação dos indígenas como sujeitos históricos e colaborando no processo de desconstrução de ideias preconceituosas e racistas ainda muito presentes no imaginário popular.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 24, 27-29, 2012.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a Escrita da História: historiografia e nação no Brasil do Século XIX. *Revista Diálogos*, v. 8, n. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DANTAS, Mariana A. “Uma história com o Outro: povos indígenas na historiografia brasileira”. In: José D'Assunção Barros. (Org.). *A historiografia como fonte histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2022. p. 329-360.

\_\_\_\_\_. Repensando a temática indígena através das fontes: novos questionamentos e perspectiva crítica. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 34, p. 1-16, 2021.

GUIMARÃES, Manoel S. Nação e civilização nos trópicos. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, p. 253-272, 2010.

\_\_\_\_\_. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil*. A etnografia do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, 2005. 295p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MOLLO, Helena M. A construção do passado em História Geral do Brasil. In: Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2005.

MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e indigenismo. Tese apresentada ao concurso de Livre Docência defendida pela UNICAMP em 2001.

MONTEIRO, J. M. “O desafio da História indígena no Brasil”. In. GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da Silva. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 graus*. Brasília: MEC:MARI:UNESCO, p. 221-236, 1995.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A caverna de Platão contra o cidadão multidimensional indígena: necropolítica e cidadania no processo de 12 independência (1808-1831). *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 34, p. 1-26, 2021.

\_\_\_\_\_. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. O nascimento do Brasil e outros ensaios : “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384 p. 75-116.

PUNTONI, Pedro Luis. “O sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira”. in: *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, p. 633-675, 2011.

REIS, Jose Carlos. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Editora FGV. 9. Ed. Rio de Janeiro 2007.

TURIN, R. Entre "antigos" e "selvagens": notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História, [S. l.]*, n. spe, p. 131-146, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0ispep131-146. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19141>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. A história profunda da nação: conjunções e distensões entre o etnográfico e o histórico (1870-1900). *Intellèctus* (UERJ. Online), v. Ano 8, p. 1-36, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil, vol. I. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4825>>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

## **Anexo (1)**

### **Normas para submissão – Revista Epígrafe**

A Revista Epígrafe limita-se a publicar textos inéditos. Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Ao submeter um trabalho, o autor abre mão de seus direitos autorais voluntariamente. Serão aceitos trabalhos feitos somente por alunos que, no momento da submissão, tenham vínculo ativo com cursos de graduação ou que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, 1 (um) ano e ainda não tenham ingressado ou concluído nenhum programa de pós-graduação em humanidades. Os casos omissos serão julgados pela Comissão Editorial.

#### Das orientações gerais para o trabalho

Serão aceitos trabalhos nas línguas portuguesa e espanhola, desde que estejam de acordo com estas Normas de Publicação.

#### Da formatação

Os trabalhos, sem traços de autoria, devem ser submetidos em documento de texto.docx ou .odt), obedecendo à seguinte formatação: fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas 1,5, recuo lateral de 3 e margens superior e inferior com 2.

Todos os trabalhos devem seguir as diretrizes utilizadas pela Universidade de São Paulo. Enfatizamos a necessidade de os trabalhos utilizarem o sistema americano de citação indireta (AUTOR, DATA, pp.). Não serão aceitos textos que façam referências bibliográficas por meio de notas de rodapé. As notas serão aceitas somente se utilizadas com a finalidade de notas explicativas, dentro das quais podem ou não ser inseridas referências

#### Artigos livres

Seção destinada à publicação de artigos que contemplem temas gerais relacionados à História. Prevemos ainda a organização, de acordo com as propostas da Comissão Editorial e com as chamadas de novos artigos, de Dossiês Temáticos. Tais dossiês não possuem periodicidade fixa.

Os artigos devem ter, no mínimo, 4000 e, no máximo, 8000 palavras, considerando: título, resumo (até 250 palavras, contemplando objetivo, metodologia, resultado e conclusão), palavras-chave (3 a 5), texto (contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, ainda que o trabalho possa ser dividido em mais de três seções e subseções; tanto seções como subseções não precisam ser nomeadas apenas como “introdução”, “desenvolvimento” e “conclusão”) e notas estritamente explicativas (não incluir referências bibliográficas em notas; apenas em caso de citação em uma nota explicativa).